

NEWSLETTER DIGESTO N.º 19/2016

Disponibilização: 26 de setembro de 2016

Período abrangido: 12 a 23 de setembro de 2016



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Agricultura, Caça e Pescas
 - Florestas
 - Pescas
2. Ambiente
3. Arrendamento
4. Educação
5. Energia
6. Finanças
 - Atividade Seguradora
 - Contribuições e Impostos
7. Governo
8. Justiça
9. Mar
10. Negócios Estrangeiros
11. Saúde

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) que estabelecem um procedimento específico de transição de candidaturas a adotar em situações de insuficiência orçamental.

- Florestas

[Portaria n.º 248/2016, de 15 de setembro](#) (Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 1194/2003, de 13 de outubro, que regulamenta as condições de aplicação, respetivo montante e pagamento das taxas devidas pelo licenciamento e exercício da atividade de fornecedor de Materiais Florestais de Reprodução (MFR), pela certificação de certas espécies de MFR e pela inscrição no Registo Nacional de Materiais de Base de pomares de sementes, clones, misturas clonais e progenitores familiares de espécies florestais.

- Pescas

[Portaria n.º 247/2016, de 14 de setembro](#) (Mar)

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 90/2013, de 28 de fevereiro, que define o modelo de gestão, incluindo a repartição das quotas, para a pesca de espadarte com palangre de superfície no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo.

[Portaria n.º 250/2016, de 15 de setembro](#)

(Mar)

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 316/98, de 18 de março, que estabelece as regras para utilização da arte de pesca designada por sombreira.

2. AMBIENTE

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve, disponíveis no sítio na Internet da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), e aprova ainda os relatórios técnicos resumidos dos referidos PGRI.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH) do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve, disponíveis no sítio na Internet da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), e aprova ainda os relatórios técnicos resumidos dos referidos PGRH.

3. ARRENDAMENTO

[Aviso n.º 11562/2016, de 22 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística, I. P.)

Torna público o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural para vigorar no ano civil de 2017.

4. EDUCAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Cria o diploma de técnico superior profissional e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, que regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, que regula os concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior.

5. ENERGIA

[Diretiva n.º 15/2016, de 14 de setembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova os termos e condições aplicáveis às relações comerciais entre os produtores de energia elétrica abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 74/2013, de 4 de junho, e o operador da rede de transporte.

[Diretiva n.º 16/2016, de 19 de setembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova os perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários característicos de cada perfil de consumo, para vigorarem no ano gás 2016-2017.

6. FINANÇAS

- ATIVIDADE SEGURADORA

[Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 9/2016-R, de 22 de setembro](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no quarto trimestre de 2016.

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Despacho n.º 11317/2016, de 21 de setembro](#)
(Finanças e Mar - Gabinetes do Ministro das Finanças e da Ministra do Mar)

Determina a percentagem das receitas de exploração dos portos comerciais do Douro, de Leixões, de Viana do Castelo, de Aveiro, da Figueira da Foz, de Lisboa, de Setúbal, de Sines, de Faro e de Portimão, para o ano de 2016.

7. GOVERNO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, de 21 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Código de Conduta do Governo, que constitui um instrumento de autorregulação e um compromisso de orientação assumido pelos membros do XXI Governo Constitucional e pelos membros dos respetivos gabinetes, no exercício das suas funções.

8. JUSTIÇA

[Decreto-Lei n.º 61/2016, de 12 de setembro](#) (Justiça)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça, introduzindo uma norma habilitante para a concessão de subvenções pelo Ministério da Justiça a entidades dos setores privado, cooperativo e social que prossigam fins públicos, de interesse público relevante para a área da justiça.

9. MAR

[Portaria n.º 253/2016, 23 de setembro](#) (Mar)

Estabelece os tipos de certificados profissionais, as condições para a sua emissão, a respetiva validade e os correspondentes modelos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2015, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 2008/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa ao nível mínimo de formação de marítimos, e procede à regulamentação da aplicação das Emendas de Manila ao anexo à Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos de 1978 (Convenção STCW).

10. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 11445/2016, de 20 de setembro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Publicita as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de outubro de 2016.

11. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 62/2016, de 12 de setembro](#)
(Saúde)

Estabelece os termos e condições da prestação de serviços de intervenção em saúde pública pelas farmácias comunitárias, bem como da possibilidade de atribuição de uma remuneração específica às farmácias por dispensa de medicamentos comparticipados, designadamente nos medicamentos inseridos em grupos homogêneos.

[Portaria n.º 252/2016, de 19 de setembro](#)
(Saúde)

Suspende a aplicação da Portaria n.º 178-A/2016, de 1 de julho, que determina a aplicação do Sistema de Classificação para Doentes para efeitos da requisição de cuidados de Medicina Física e de Reabilitação em Ambulatório (MFRA) em todos os pedidos efetuados pelos cuidados de saúde primários às instituições do Serviço Nacional de Saúde e do setor convencionado, e cria um Grupo de Trabalho para a análise e apresentação de propostas no âmbito da MFRA.

[Despacho n.º 11232/2016, de 19 de setembro](#)
(Saúde - Gabinete do Ministro)

Cria a Comissão para a Reforma da Saúde Pública Nacional, determina a sua composição e respectivas competências, com vista a promover uma discussão abrangente da Reforma da Saúde Pública, com todos os seus atores.

[Despacho n.º 11233/2016, de 19 de setembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que a Administração Central do Sistema de Saúde, em articulação com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. e a Direção-Geral de Saúde, procedam à reformulação do circuito de acesso do material de Ostomia e dos produtos para absorção de urina e fezes.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Dados Gerais

PÁGINA DE ENTRADA	LEI N.º 147/99
★ PESQUISA	
CONSOLIDAÇÃO	Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01
DIPLOMA	Tipo Diploma: Lei Número: 147/99
DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA	Data Assinatura: 1999-09-01
DIPLOMA	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
ÚLTIMA PESQUISA	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 204, de 1999-09-01, Pág. 6115
★ DADOS GERAIS	
INFORMAÇÃO DETALHADA	Notas aos Dados Gerais Lei geral da República
NEWSLETTERS DIGESTO	Resumo Aprova a Lei de protecção de crianças e jovens em perigo.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Aplica/Regulamenta:

Aplica/Regulamenta	
Foi encontrada 1 associação.	
Data	Texto
	al c) do art. 161º da CRP

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Aplicado por/Regulamentado por:

LEI N.º 147/99

Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01

Direito Comunitário Modificações Retificações

Outras Bases de Dados Parlamento

Exportar Imprimir

Outros Tipos:

Aplicado Por/Regulamentado Por

Foram encontradas 422 associações.

Pág. 1 de 43
1 2 3 4 5 6 ... > »

Data	Texto	Diploma
2016-09-19	Despacho n.º 11227/2016 - Diário da República n.º 180/2016, Série II de 2016-09-19 (Art. 115.º da Lei de protecção de crianças e jovens em perigo)	Despacho n.º 11227/2016 - Diário da República n.º 180/2016, Série II de 2016-09-19

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)



Modificações Sofridas:

LEI N.º 147/99

Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:


Modificações Sofridas

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto	Diploma
		Lei n.º
2015-09-08	Alterados a partir de 01.10.2015 os arts. 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º, 11.º (este último na redação da Lei 31/2003, de 22-ago) a 15.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º (este último na redação da Lei 31/2003, de 22-ago) a 26.º, 29.º a 33.º, 35.º (este último na redação da Lei 31/2003, de 22-ago), 37.º, 38.º- ...	142/2015 - Diário da República n.º 175/2015, Série I de 2015-09-08

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Modificações Produzidas:

Modificações Produzidas	
 Notas:	
Revoga a legislação relativa às matérias abrangidas pelo presente diploma	
Foram encontradas 3 associações.	
Data	Texto
1998-04-18	Mantém em vigor o Dec Lei 98/98 de 18-Abr,DR.IS-A [91]
1991-05-17	Revoga o Dec Lei 189/91 de 17-Mai,DR.IS-A [113]
1978-10-27	Revoga as normas do Dec Lei 314/78 de 27-Out relativas às matérias constantes do presente diploma,DR.IS [248]

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação):

LEI N.º 147/99

Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

Parlamento

Proposta de Lei 265/VII: Aprova a Lei de protecção das crianças e jovens em perigo

Autoria

- Governo

1999-04-09 | **Entrada**

1999-04-12 | **Admissão**

1999-04-12 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

1999-04-12 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

1999-04-14 | **Anúncio**

1999-04-17 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 54/VII/4 . 1999-04-17 (pág. 1515-1534)]

1999-05-20 | **Discussão generalidade**

- [DAR I série N.º 88/VII/4 . 1999-05-21]

1999-05-27 | **Votação na generalidade**

Votação na Reunião Plenária N.º 92

Aprovado por unanimidade




A Favor: *PS, PSD, CDS-PP, PCP, PEV, Lemos Damião (INDEP)*



Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)


Jurisprudência Associada:

LEI N.º 147/99

Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Jurisprudência Associada

Foram encontradas 4 associações.

Data	Texto
2016-05-04	AC 193/2016 de 04-mai do TCS (Processo n.º 919/15; Art. 103º)
2013-06-05	AC. 243/2013, de 05-jun, do TCS (Processo n.º 12/13; Art. 126º)
2011-11-03	AC. 416/2011, de 03-nov, do TCS, DR IIS [211] (Proc. n.º 753/2010 / Nº 1 do art. 62º-A)
2009-02-17	AC 3/2009 de 17-Fev do STJ DR.IS [33] (proc. nº 2030/07 - 3ª secção)

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

! Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

8 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	10/29/2015	5928/12.2tblra-c.c1.s1	Lopes do REGO	Adopção Plena Transito em Julgado da Sentença Incidente de Revisão Legitimidade Tutela Constitucional da Estabilidade da Adopção
<input type="checkbox"/>	05/28/2015	8867/07.5tmsnt.l1.s1	Tavares de Paiva	Processo de Jurisdição Voluntária Confiança Judicial de Menores

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

149 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	12/15/2015	3147/08.jflsb.l1-5	ANA Sebastião	Pornografia Busca Domiciliária
<input type="checkbox"/>	02/14/2015	1463/14.2tbcsc.l1-8	Catarina Arêlo Manso	Responsabilidades Parentais Guarda Conjunta
<input type="checkbox"/>	09/11/2014	732/13.3tbvfx-a.l1	Jorge Vilaça	Protecção de Crianças e Jovens Medidas de Protecção de Menores

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Aprova a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

Campos de Pesquisa

Base de dados: Procuradoria Geral da República ▼

Palavra Chave: Lei 147/99

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

6 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input checked="" type="checkbox"/>		I000092009	6KB	Convenção para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e Abusos Sexuais	Leones Dantas
<input type="checkbox"/>		I000382007	40kB	Jovem	JOÃO Miguel

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão